



Apoio - CLC, CAW, USWA-CA, CISL, CCOO, Solidarity Center-AFLCIO

Correio Sindical Mercosul, n 139 – de 30/11 a 07/12/02

Esta semana o Mercosul se instala em Brasília

Por outro Mercosul com Emprego para todos



IV Cumbre Sindical
5 de dezembro - Brasília

Como já anunciamos na semana passada a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul – CCSCS realizará sua IV Cumbre Sindical, tendo como eixo de discussões um balanço do Mercosul e suas perspectivas.

No dia 4 se realizam da CCSCS, da Comissão de Mulheres e da Comissão de Desenvolvimento Produtivo e no dia 5 a Plenária começa às 10 hs com uma mesa de reflexão sobre o presente e futuro do Mercosul, para qual foram convidados um membro do GMC (virá o Embaixador C. A. Simas Magalhães, representante do Brasil para o Mercosul), parlamentares da Argentina e Brasil e mais alguns representantes da sociedade civil.

A tarde a plenária da CCSCS – que deverá reunir mais de 200 sindicalistas do Mercosul e os principais dirigentes das centrais sindicais, realizará um debate sobre o mesmo tema e aprovará um documento que entregarão aos Presidentes que se reunirão no dia 6 pela manhã.

Cumbre de Presidentes - As atividades começarão no dia 5 com a reunião de Ministros e demais membros do CNC e seguirá à noite com um jantar oferecido pelo governo brasileiro, o qual contará também com a participação do Presidente eleito, Luis Inácio Lula da Silva. Desta vez, além dos 4 Presidentes do Mercosul, mais Chile e Bolívia também participarão da reunião os mandatários da Comunidade Andina (que virão assinar um documento de livre comércio com o Mercosul), Suriname e Guianas – num total de 12 chefes de Estado.

No dia 6 pela manhã se reúnem os Presidentes, que além das centrais sindicais receberão outras delegações.

Na pauta pouco a ser aprovado. Coordenadores nacionais do Mercosul realizam mais uma rodada de negociações terça-feira (03/12), no Rio de Janeiro, para depurar a agenda e resolver algumas pendências como a proposta de acordo quadro para garantir livre comércio com a Comunidade Andina de Nações (CAN). Acordo que ainda não está sacramentado e que ainda enfrenta dificuldades – o Mercosul não concorda com a lista de produtos sensíveis para os andinos quais pedem prazos de mais de 15 anos para desgravação. Diante das dificuldades, países como o Peru acenam com a possibilidade de acordos bilaterais com o Mercosul, mas a preferência é por acordos bloco a bloco.

Outro tema que será tratado no CNC e se aprovado irá para a reunião dos Presidentes é a Recomendação dos Ministros da Justiça e Interior de liberar a circulação de cidadãos e cidadãs entre os países do Mercosul e mais o Chile e a Bolívia. Uma medida arrojada que obrigará a um aceleração no processo de aprofundamento da integração e envolverá uma série de mudanças legislativas nacionais, algumas das mais importantes na área trabalhista.

No plano econômico, comercial e institucional não são esperados avanços, mas medidas mais concretas para tornar efetivas as decisões importantes adotadas na Cumbre de Buenos Aires em julho passado, como por exemplo a efetivação da Secretaria Técnica, a instalação dos foros de competitividade para integração das cadeias produtivas, o funcionamento do Tribunal do Mercosul.

Mesmo assim existe um sentimento otimista, e não só no Brasil, de que a partir da posse de Lula dia 1 de janeiro o Mercosul receba um ar fresco e se fortaleça, avançando mais na sua decisão de integrar-se.



Lula faz apelo à união no movimento sindical e pede propostas de consenso- Lula reuniu-se com cerca de 650 sindicalistas num hotel de São Paulo. "Não pensem que vou deixar vocês falando o que quiserem", avisou Lula. "Vocês vão ser chamados pela responsabilidade e vão ter de dizer como e por que fazer." Para Lula, o momento é de exigir "**menos bravata e mais competência**" dos sindicatos. O presidente eleito classificou como "coisa menor" as divergências que têm sido manifestadas no meio sindical em torno de questões como o fim do imposto sindical. "Vamos primeiro acertar as coisas que nos consensuam (sic) e depois vamos discutir as coisas em que nós divergimos", disse.

Lula, que estreou na política como sindicalista nos anos 70, apresentou sua trajetória como exemplo para os sindicatos. "Só pode dizer que não muda de idéia quem não tem idéia, porque quem tem às vezes muda", afirmou. "Pode rever sua posição e voltar ao patamar anterior." O presidente eleito tem recebido do movimento sindical pressões de vários tipos. Por causa de sua origem e da amplitude de sua vitória eleitoral, criaram-se muitas expectativas em torno dele. Os sindicatos pedem políticas de criação de emprego, o aumento do salário mínimo e participação nas decisões do governo.

Lula terá dificuldade para entregar tudo o que eles pedem e procurou deixar isso claro mais uma vez ontem. "Vocês sabem que nem sempre conseguiram atender a todas as reivindicações das associações e dos trabalhadores de vocês", discursou. Para a CUT, a reforma da organização sindical fortalecerá sindicatos mais representativos e com maior capacidade de mobilização dos trabalhadores. Mas os dirigentes da CUT sabem que mudanças desse tipo ameaçariam a sobrevivência de vários sindicatos da própria CUT, como os dos trabalhadores rurais, e não apenas os da concorrência. Nos próximos dias, dirigentes das centrais vão se reunir para começar a desenhar propostas para as reformas que Lula quer discutir. A Força Sindical se reunirá hoje com as centrais menores. Amanhã, grupos criados por sugestão da CUT começarão a trabalhar. A idéia é apresentar o resultado desses debates no ano que vem, quando começar a funcionar o Fórum Nacional do Trabalho que Lula promete criar.

O presidente nacional da CUT, João Antônio Felício, assim como o presidente estadual da entidade, Antônio Carlos Spis, e o líder da Força Sindical, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, as principais forças do sindicalismo brasileiro, declararam que trouxeram propostas de elevação do mínimo para R\$ 240 atreladas à necessidade de reforma trabalhista, tributária e previdenciária e da estrutura do sindicalismo do país. Um dos assuntos que a CUT pretende debater com Lula é a criação de um fórum nacional de trabalho que seria incumbido de negociar a legislação trabalhista e previdenciária.

Participam do encontro as seis principais entidades do sindicalismo nacional: CUT (Central Única dos Trabalhadores), Força Sindical, SDS (Social Democracia Sindical), CAT (Central Autônoma de Trabalhadores), CGT (Central Geral dos Trabalhadores). (*Folha*, 27-11-02, *Valor Econômico*, 27-11-02) Veja discurso completo na pag. www.sindicatomercosul.com.br

CUT vai pedir a retirada de projetos no Congresso - A CUT vai pedir ao novo Governo para suspender todos os projetos no Congresso que tratem de assuntos trabalhistas. Essa foi uma das decisões da direção nacional da entidade, que se reuniu quinta-feira e ontem, em São Paulo. A idéia é retomar todas as discussões que envolvam esses temas no **Fórum Nacional Do Trabalho** que o Governo Lula pretende criar. Segundo o presidente da central, João Felício, não haverá qualquer pacto que inclua congelamento de salários, como querem alguns empresários.

A entidade vai formar seis grupos de trabalho, que serão encarregados de formular propostas. O resultado dessas reuniões será submetido em fevereiro à executiva da CUT. Os temas são **reformas Tributária —** que a central considera a mais importante — **Trabalhista, da Previdência e Agrária**. Outros dois grupos vão discutir políticas de emprego e renda e o papel do Estado. Com as propostas concluídas, a CUT pedirá audiência ao presidente.

A CUT apóia o valor de R\$ 240 para o ano que vem, mas quer que o Governo estabeleça uma política de recuperação para dobrar o poder aquisitivo do mínimo até o final do mandato, em 2006. A redução da jornada legal de 44 para 40 horas semanais é outra reivindicação. Mas a CUT admite que a redução está vinculada a uma reforma tributária, para reduzir custos das empresas. A central também espera que o Governo discuta com o funcionalismo reajuste salarial e melhores condições de trabalho.

Apesar dos desencontros com a Força Sindical e com a CGT, Felício disse ainda acreditar em negociação conjunta sobre reformas. "Vamos tentar recompor a unidade. Não queremos impor a nossa visão."

O congresso nacional da CUT foi antecipado de agosto para maio do ano que vem. (*Diário de S.Paulo*, 30/11/02)

Luis D´Elía denunció a agitadores menemistas- El dirigente piquetero de la Federación de Tierra y Vivienda, Luis D´Elía, denunció que "punteros menemistas" recorrieron en los últimos días calles céntricas de La Matanza advirtiéndoles a comerciantes sobre posibles saqueos el próximo 20 de diciembre y anunció que pasado mañana presentará una denuncia penal para que el hecho se investigue.

D´Elía dijo que "en la avenida Crovara, en el centro comercial, han estado caminando personas con algunas carpetas solicitando distintos tipos de elementos a los comerciantes a instancias nuestras, so pena de ser saqueados el 20 de diciembre".

En declaraciones a los radios El Mundo y Mitre, admitió que "es cierto que hay un clima" de inestabilidad y de "humor malo en el conurbano porque la situación social es muy grave", pero advirtió que, sumado a eso, "están quienes deliberadamente, desde el menemismo, están generando el caos y encima intentan endosarlo al movimiento de desocupados en sus distintas versiones".

D´Elía señaló que el tema fue tratado el miércoles último en una reunión del Consejo para la Emergencia Social de La Matanza, en el que "el propio intendente" justicialista, Alberto Balestrini, "manifestó su preocupación por esta situación y que había sectores de su partido que efectivamente estaban emprendiendo este tipo de cuestión".

Afirmó que está interviniendo en el tema el ministro de Seguridad bonaerense, Juan Pablo Cafiero, que "ha venido a hablar con los comerciantes" que recibieron las amenazas. "Hemos iniciado una campaña de esclarecimiento y además nos vamos a remitir el lunes a la justicia penal para que se investigue y se prevenga", dijo.

Comentó que "no me extraña" la denuncia que realizó anteayer el dirigente del Movimiento Independiente de Jubilados y Desocupados, Raúl Castells, que afirmó que recibió ofertas de dinero del intendente de Berazategui y de dirigentes menemistas para generar saqueos el 20 de diciembre. D´Elía insistió en que "el año pasado los saqueos (que derivaron en la caída del presidente De la Rúa) fueron organizados desde el poder político" y recordó que "nosotros denunciábamos esto ante el juzgado de Oyarbide". (*La Nación*, 30/11/02)

AEBU impulsará jornada de seis horas y media en la banca- La Asociación de Empleados Bancarios del Uruguay (AEBU) impulsará la implementación de un horario de trabajo de seis horas y media en el sistema financiero, según anunció Laura Yáñez, integrante del consejo de sector financiero privado del gremio. En una entrevista publicada en el sitio web de AEBU, Yáñez afirmó que el sindicato impulsará "firmemente una regulación del horario", tendente a "instaurar jornadas de seis horas y media para los bancarios". La dirigente bancaria ratificó además la necesidad de defenderla propuesta lanzada por su colega Juan José Ramos, quien propuso la eliminación de las horas extra para generar más puestos de trabajo en el sistema.

Esta es una de las alternativas que impulsa el gremio ante los cerca de 900 puestos de trabajo que perderá como consecuencia de la salida que se implemente para los bancos suspendidos. Además, el gremio no descarta que otras instituciones, como el Banco Hipotecario, propongan reducir su plantilla de trabajo.

Por otra parte, AEBU plantea la aplicación de jubilaciones anticipadas y la creación de una red de seguridad para los desempleados con aportes de los trabajadores activos, pasivos y de los propios bancos.

El gremio bancario exige que todas las instituciones bancarias aporten a la suerte de seguro de desempleo que plantea crear, y asegura que los bancos extranjeros no están dispuestos a colaborar.

En ese sentido, el gremio ultima los detalles de un cronograma de movilizaciones contra la banca extranjera. Los dirigentes se han referido específicamente a BankBoston, Citibank y ABN Amro, a los que acusan de contratar personal por fuera del sistema. (*El Observador* 26/11)

Ministro de Trabajo concurre a la sede del PIT-CNT- Ante la solicitud de entrevista que la dirección del PIT-CNT le realizó a las autoridades del Ministerio de Trabajo y Seguridad Social (MTSS) el titular de la cartera Santiago Pérez del Castillo contestó en las últimas horas que estaba dispuesto a concurrir a la sede de la central sindical. Lo que fue aceptado por el Secretariado Ejecutivo del movimiento obrero. Luis Goichea, miembro de la dirección cotidiana del PIT-CNT, informó que una vez que asumió el nuevo ministro se reiteró el pedido de entrevista que le habían realizado tiempo atrás a Alvaro Alonso.

Con sorpresa recibimos una rápida respuesta de Pérez del Castillo; quien manifestó su disposición a que el encuentro se realizará en la sede de la central sindical; cosa que fue aceptada. En esta reunión el movimiento sindical presentará una serie de reivindicaciones, entre las cuales se encuentran: subsidio para los desocupados; negociación colectiva; la convocatoria a los consejos de salarios; y la extensión del seguro de desempleo. (*La República*, 28-11-02)

Masiva marcha de los trabajadores chilenos - A las 11 de la mañana del 28 de noviembre de 2002, partió la marcha convocada por el CONGRES, CONFUSAM, FENPRUSS, FENATS y demás organizaciones de base de salud en dirección a la sede de la Central Unitaria de Trabajadores, en rechazo a la aplicación del cuestionado Plan Auge, promovido por el gobierno de Ricardo Lagos.

Alrededor de 15 mil personas se manifestaron además contra las políticas laborales del gobierno de la Concertación. 'Los trabajadores dicen no al AUGE, no a un plan de salud que denigra a las chilenas y chilenos', declaró el presidente de la CONFUSAM, Esteban Maturana.

La marcha de protesta, que hasta ese momento se dirigía en forma pacífica hasta la Plaza de la Constitución, según lo conversado con el intendente de la Región Metropolitana, fue violentamente reprimida en Amunátegui con Alameda por parte de efectivos policiales, utilizando carros lanza agua. Una vez alcanzada la Plaza de la Constitución, entregaron una carta al Presidente de la República con las demandas de los diferentes sectores, expresando a la salida su rechazo a la innecesaria represión utilizada por carabineros. 'Queremos entregar nuestro repudio por la conducta de esta mañana, por no querer autorizar, después que se había conversado, la marcha por calle Amunátegui, esto demuestra lo alterado y nervioso que está (el gobierno)', expresó el presidente de la CUT, Arturo Martínez; sin embargo, la actividad fue bien evaluada por los dirigentes en base a la convocatoria alcanzada en Santiago y el resto del país. (*Portal de Negocios 28-11-02*)

Agresión a periodistas: juez procesó con prisión a cinco funcionarios de Adeom-El juez penal de 13° Turno Homero Da Costa procesó con prisión ayer a cinco de los seis funcionarios municipales acusados de cometer agresiones contra trabajadores de la prensa el 8 de noviembre pasado. La Asociación de Empleados y Obreros Municipales (Adeom) inició un paro en forma inmediata como rechazo a la medida.

Si bien ninguno de los profesionales realizó denuncias, el juez actuó de oficio, basado en las pruebas filmadas de las agresiones.

La instancia judicial para los funcionarios municipales comenzó poco antes de las 13 horas, cuando los trabajadores acusados de cometer las agresiones fueron trasladados al Juzgado por funcionarios de la Seccional 3ª de Policía. Durante toda la tarde hubo vallas y fuertes medidas de seguridad, que incluyeron varios integrantes de la Guardia de Granaderos. Los periodistas que fueron a cubrir el hecho permanecieron toda la tarde dentro de las vallas, mientras que quienes fueron a apoyar a los trabajadores que estaban declarando, debieron quedar del lado de afuera..

Manuel Méndez, presidente de la Asociación de Prensa del Uruguay (APU), destacó que las agresiones cometidas durante la última asamblea de Adeom afectaron "la libertad de trabajo e información". (*La República 29/11/02*).

Aumento salarial de 150 pesos: el Gobierno presiona a las empresas - El Ministerio de Trabajo informó que había consenso mayoritario entre el Gobierno, empresarios y sindicalistas para elevar, a partir de enero, la suba salarial de 100 a 150 pesos. Pero de inmediato, los representantes de los empresarios dijeron que "las posiciones están distantes" y que sólo están dispuestos a mantener los 100 pesos otros 6 meses más.

Las divergencias se manifestaron luego de un encuentro de la Mesa del Consenso que se realizó en la cartera laboral. Apenas concluyó la reunión, desde Trabajo informaron a la prensa que, para mejorar el poder de compra, los empresarios aceptaban elevar de 100 a 150 pesos la suba salarial. Y que para apurar el acuerdo, se realizaría una nueva reunión el 6 de diciembre para tratar, además, la instrumentación de ese aumento entre las Pymes, donde había algunas resistencias. Funes de Rioja, asesor de la Unión Industrial, sostuvo que no había existido ese supuesto consenso y que la posición de la UIA era mantener los 100 pesos.

En tanto, el titular de la CGT, Rodolfo Daer, dijo que se avanzó en el acuerdo "de llevar de enero a junio de 2003 de 100 a 150 pesos la suba salarial. Admitimos que sean no remunerativos y que en esos meses se abran las paritarias para que incorporen los 150 pesos o más a los básicos de convenio". Con todo la novedad de la reunión fue la presentación de un informe oficial donde se destaca que de llevar de 100 a 150 pesos la suba salarial la incidencia en el costo laboral empresario sería muy baja. De acuerdo a la cartera laboral, por la inflación, el costo laboral a fin de año se ubicaría casi un 38,3% más bajo que el que existía en diciembre de 2001. Y de elevar de 100 a 150 pesos la suba salarial, en enero el costo laboral sería un 36,6% menor que un año atrás. (*Clarín, 26-11-02*).

Veja as mais notícias sindicais na pagina

(clique sobre o logo para a ir a pagina se estiver on line)





Lula quiere reforzar el Mercosur- Cumpliendo con su promesa, Lula da Silva llegará hoy a Argentina para demostrarle a su principal socio regional su disposición a ayudarlo y relanzar el Mercosur. En reiteradas declaraciones después de ser electo, Lula insistió en la necesidad de apoyar a Argentina para la solución de sus problemas económicos y políticos y dijo mas de una vez que la recuperación de Argentina "es fundamental para el fortalecimiento del Mercosur".

Lula se va a reunir con Eduardo Duhalde y su ministro de Economía, Roberto Lavagna, a quienes le manifestará que dará mayor énfasis a los acuerdos bilaterales en el marco del Mercosur. El vocero de Lula dijo que el futuro gobierno de Brasil ayudará a Argentina intercediendo ante los organismos de créditos.

Lula, que llevará a cabo una política externa pragmática, busca la integración regional, entre otras cosas, para poner un contrapeso a Washington y para equilibrar las negociaciones del Área de Libre Comercio de las Américas (ALCA). La crisis económica y política de Argentina, y la incertidumbre que generaron las elecciones en Brasil, llevando el real a perder casi la mitad de su valor, han dejado la construcción del Mercosur en el limbo de los buenos deseos, a pesar de que en los últimos meses Brasil quiso reanimarlo. Las exportaciones brasileñas al que hasta hace poco era su segundo mayor socio comercial, detrás de Estados Unidos, han caído este año más del 60% y las importaciones en torno al 26%.

La prensa argentina recibió con cautela las intenciones de Lula, recordando los litigios comerciales que ambos países mantienen tanto a nivel de Mercosur como en la Organización Mundial de Comercio. "Las buenas palabras no siempre se han transformado en hechos. El primer hueso que le espera al nuevo presidente brasileño será de pollo. El contencioso comercial entre Argentina y Brasil sobre la carne de pollo, sigue en la OMC, a pesar de que Duhalde prometió que retiraría las acusaciones de "dumping" y la tabla de precios a los pollos brasileños", recordó ayer el diario Infobae en su versión en Internet. La decisión de la OMC sobre los pollos será tomada en enero, primer mes de gestión de Lula.

Después de la reunión y almuerzo con Duhalde, Lula recibirá de Anibal Ibarra, intendente de Buenos Aires, una medalla de visitante ilustre de la ciudad y después irá al Congreso, donde se entrevistará con los titulares de ambas cámaras. A la noche el Embajador Botafogo le ofrece una recepción donde están previstos más de 200 invitados entre empresarios, funcionarios del gobierno, intelectuales, militantes políticos y sociales, sindicalistas y amigos de Lula.

Además de Argentina, Lula va a visitar Chile y en su reunión el martes con Lagos intentará convencer lo a meterse de lleno en el Mercosur.

Luego de que visite al presidente estadounidense George W. Bush el 10 de diciembre, Lula tiene previsto trasladarse a Ciudad de México para reunirse con Vicente Fox. A esta visita se sumará un posible viaje a la Unión Europea que, de hacerse, dejará de manifiesto que el líder izquierdista buscará todos los contrapesos necesarios para asegurar los intereses nacionales de la undécima economía mundial. (*El Observador*, 01/12/02)

Mercosur da importante paso hacia la integración- En un importante paso hacia la integración regional, las seis naciones miembros del mercado común de América del Sur han aprobado un plan que permitirá sus 250 millones de habitantes vivir y trabajar en cualquier otro país miembro y recibir los mismos derechos que los ciudadanos de esos países.

Los beneficiarios inmediatos del acuerdo, firmado por los ministros del Interior y de Justicia de los seis países en días pasados de este mes, son los más o menos 2.5 millones de ciudadanos de los seis países miembros que están viviendo como inmigrantes ilegales en naciones vecinas. Una vez que el acuerdo entre en vigor, podrán solicitar de inmediato una amnistía que les permitirá permanecer donde se encuentran, sin temor de deportación. El acuerdo será oficialmente ratificado cuando los presidentes de los seis países se reúnan en Brasilia el 6 de diciembre.

Este grupo incluye, por ejemplo, cerca de 400,000 brasileños, en su mayor parte trabajadores agrícolas, quienes durante los últimos 30 años se han desplazado a través de la frontera para laborar en Paraguay. Muchos de ellos han terminado por carecer de documentos de identificación de alguno de ambos países y, en consecuencia, son presa fácil de agentes de inmigración y policías corruptos, y con frecuencia se les niega atención médica.

Las propuestas de Lula al Mercosur - anunció medidas para ayudar a Argentina, su principal socio regional, y reafirmar el Mercosur; propuso una "moneda verde" de intercambio comercial de productos agrícolas entre Argentina y Brasil. Sería un trueque para evitar el uso del dólar; prometió interceder a favor de Argentina ante los organismos internacionales de crédito; anunció que impulsará un "nuevo Mercosur", similar a la Unión Europea, y en el que quiere a Chile como socio pleno; impulsará la creación de un Parlamento del Mercosur y hasta un Banco Central del bloque; negociar el ALCA desde el Mercosur.

Además, Sao Paulo, Brasil, que es la mayor ciudad de América del Sur, está llena de bolivianos y paraguayos que laboran en talleres con paga ínfima, mucho menor al salario mínimo, lo que repercute también en el salario de los propios trabajadores brasileños. En Argentina, el número de bolivianos y paraguayos que están ilegalmente en el país se ha calculado en un millón. Muchos están actualmente desempleados como consecuencia del reciente colapso económico de Argentina, pero no pueden darse el lujo de pagar el regreso a sus países de origen.

Una vez que la residencia permanente haya sido aprobada, el acuerdo señala que los inmigrantes disfrutarán de "las mismas condiciones que los nacionales del país receptor". En términos prácticos, esto significa que los ciudadanos de un país del Mercosur podrán trabajar, estudiar, abrir cuentas bancarias, utilizar los servicios sociales, invertir y comprar bienes raíces en cualquiera de los otros país como si fueran ciudadanos.

Las leyes de Argentina, Bolivia y Chile no requieren de ninguna modificación adicional, pero en Brasil, Paraguay y Uruguay, el Congreso también debe dar su aprobación, un proceso que Ribeiro describió como un mero formulismo porque "la medida es popular en todas partes y ya existe un consenso político".

El Ministro de Justicia brasileño, Paulo de Tarso Ribeiro, dijo que la naturaleza amplia del acuerdo obligará a los seis países eventualmente a coordinar sus sistemas de seguridad social y salud de forma que, a medida que la gente se desplace, no pierdan sus beneficios sociales. Un pasaporte común, en buena parte similar al de la Comunidad Europea, también sería una "consecuencia natural", añadió, aunque esto no sería de inmediato. "Este no es el fin del proceso, sino su inicio", dijo. "Va a haber dificultades operacionales, por supuesto, pero no creemos que en algún momento pueda haber una marcha atrás". (*El País/Uruguay*, 26/11/02)

Paraguay não declara 15% de suas transações com o Mercosul- Um total de 15% das cifras oficiais envolvendo as transações do Paraguai com os sócios do Mercosul - Brasil, Argentina e Uruguai - não são declarados, diz um estudo do Banco Central do Paraguai (BCP), que mostra uma melhora desde 1999.

O relatório do BCP, que compara as cifras da Direção Geral de Aduanas local com as estatísticas dos países vizinhos, diz que as exportações do Paraguai para o restante do Mercosul em 1999 somaram 576,9 milhões de dólares, mas só foram declarados 307,4 milhões, o que significou um registro de apenas 53,3%.

Em 2001, o registro foi de 85%. As empresas declararam 518,7 milhões dos 609,9 milhões de dólares em exportações.

O mesmo acontece com as importações paraguaias de produtos do Mercosul. Em 1999, foram registrados 64,9% do 1,37 bilhão de dólares comprado. Ano passado, foram registrados 85% dos 609 milhões de dólares em produtos importados dos sócios.

O relatório conclui que, levando em conta o quinquênio 1997-2001, o Paraguai não declarou 25% de suas importações de produtos do Mercosul. (*France Presse*) (*Global 21* -25/11/02)

Lagos quiere que el Mercosur sea algo más que una Unión Aduanera- El presidente de Chile, Ricardo Lagos, consideró que su país avanzará en una integración con el Mercosur si el bloque se define por un pacto por encima de la unión aduanera, en declaraciones que al diario Infobae, de Buenos Aires.

"Si el Mercosur es unión aduanera y punto, ¿cómo puede avanzarse en la integración si Chile tiene 6 por ciento de arancel y el resto 14 por ciento y el acuerdo es bajar aranceles?" se preguntó el mandatario chileno. "¿Qué quieren que Chile haga? ¿Que entre al Mercosur, suba los aranceles y después los baje?", subrayó. Lagos aclaró que, en cambio, "si Mercosur es un entendimiento político más amplio, estamos dispuestos".

El diario, de orientación conservadora, señala que Chile "parece despegado de la crisis del resto de Latinoamérica y cada vez más lejos de una integración como socio pleno al Mercosur". El Mercosur es un bloque comercial integrado por Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay, y tiene como países asociados a Bolivia y Chile. "Nosotros tenemos con los países del Mercosur cláusulas de democracia, respeto a los derechos de mercado, políticas sociales, lo que nos hace pensar que no existe ninguna razón para que no haya también un acuerdo de concertación política", dijo Lagos. Explicó que "cuando se entra en temas comerciales ya son temas más difíciles porque se trata de países muy distintos".

Dijo que Chile "es una economía muy abierta con el 60 por ciento de su Producto Bruto Interno (PBI) representado por exportaciones, mientras que en países más grandes como Brasil o la Argentina, el mercado interno es mucho más grande".

Celebró el triunfo de Luiz Inácio Lula da Silva en Brasil, de quien estimó que tendrá "un doble desafío" al enfrentar las demandas de su país y tener que aprender a ocupar el papel de líder latinoamericano que tiene su país. Lula es consciente del rol internacional que juega Brasil, dijo Lagos. (*El País/Uruguay*, 25/11/02)

Batlle y Duhalde inauguran Gasoducto- El presidente Jorge Batlle y su par argentino, Eduardo Duhalde, inauguraron hoy el gasoducto que en los próximos días comenzará a transportar desde Argentina

el gas que se distribuirá en el Sur del país. La expansión del servicio en el Sur del país queda ahora en manos de los distribuidores locales, Gaseba en Montevideo y Conecta en el interior.

El Ministerio de Industria ya fijó las tarifas máximas que habilitará a los privados a cobrar por el servicio. En Montevideo el precio tope será de US\$ 0,36 por metro cúbico, más US\$ 6,30 del costo fijo mensual y 23% de IVA. La tarifa máxima que podrá cobrar Conecta se compone de US\$ 0,35 por metro cúbico y US\$ 4 de cargo mensual más IVA. (*El Observador 29/11/02*)

Mercosur busca integración en ámbito de previsión social Representantes de los países del Mercado Común del Sur (Mercosur) iniciaron en Brasil una reunión para acordar medidas para promocionar la integración de los miembros del bloque en el área de la previsión social. "Los temas que pretendemos aprobar ya fueron analizados en encuentros anteriores y a partir de ahora buscaremos alcanzar resultados concretos", dijo el ministro Previsión y Asistencia Social de Brasil, José Cechin. El ministro destacó que, entre las medidas que deberán ser establecidas, el Mercosur empezará a analizar cómo poner en marcha programas de previsión social que beneficiarán a las regiones de frontera en el bloque. Cechin recordó que Uruguay y Brasil suscribieron en agosto pasado un tratado que, entre otros beneficios como el libre tránsito y el libre trabajo, regularizó los derechos de los trabajadores de ambos países en la zona fronteriza. El tratado asegura a cualquier persona residente en la frontera y que haya trabajado legalmente en algún municipio de esa región fuera de su país natal los recursos financieros que asegurarán su sueldo cuando se jubile. Según el ministro, los gobiernos uruguayo y brasileño pagarán juntos esas jubilaciones. (*Abc Color, 26-22-02*).

Anuncian pronta creación de Observatorio Laboral Andino - En los próximos meses se hará realidad la creación del Observatorio Laboral Andino, anunciaron los Viceministros de Trabajo de la Comunidad Andina (CAN), que se reunieron en Lima. El Observatorio, según dijeron, permitirá efectuar una evaluación periódica de los avances en materia sociolaboral en la subregión y mejorar las herramientas cuantitativas para la toma de decisiones en esta materia en Bolivia, Colombia, Ecuador, Perú y Venezuela. Los viceministros informaron que esta iniciativa contará con la cooperación del Consejo Económico y Social de España (CES), que acaba de dar una respuesta positiva a la solicitud de apoyo que hicieron los Consejos Consultivos Empresarial y Laboral. Indicaron que el siguiente paso será la suscripción de un Acuerdo entre el Consejo Asesor de Ministros de Trabajo y los Consejos Consultivos Empresarial y Laboral para iniciar los trabajos relacionados con la pronta constitución del Observatorio. (*Página Web CAN, 27-11-02*).



La Alianza Social Continental respondió a la Declaración de Quito- La Alianza Social Continental afirma que el documento ministerial está lleno "de afirmaciones y promesas contrarias a lo que efectivamente viene siendo negociado". Y añade: "En la Declaración, los Ministros afirman y prometen que el ALCA promoverá la democracia y la prosperidad en las Américas", además, que elevará los niveles de vida, incrementará el empleo y mejorará las condiciones laborales, de salud y educación y la protección del medio ambiente.

La ASC trata de "indignante" el que "nos hablen de objetivos orientados al bienestar de la población cuando el ALCA incluye el convertir bienes y servicios públicos vinculados con derechos sociales como el agua, la salud y la educación, en mercancías privadas" y, por lo tanto, condiciona el acceso a los mismos a quienes tengan el dinero para pagarlos. Señala asimismo que la Declaración Ministerial refuerza su convicción de que la solución "no es adicionar o modificar detalles al ALCA sino continuar con nuestra campaña continental de NO AL ALCA. El compromiso expresado por los Ministros con la democracia y el desarrollo no se traduce en una verdadera agenda, afirma ASC.

En el caso, por ejemplo, de las economías pequeñas, "posibilitar la participación equilibrada de las economías menores presupone por lo menos la implementación de un programa de desarrollo económico y transferencia de capitales hacia estos países, lo que sería natural en un verdadero proyecto de integración económica", pero ello no se lo contempla en el marco del ALCA.

Asimismo, en la salud pública, no hay mención de lo que ya se aceptó el año pasado en Doha, en el marco de la Organización Mundial del Comercio: o sea el principio de que la salud pública debe tener prioridad por encima de los intereses comerciales. "En las negociaciones del ALCA en vez de buscar mejorar la disponibilidad de medicamentos baratos, varias propuestas de los EE.UU. van en la dirección de ampliar la protección a los monopolios de sus grandes empresas farmacéuticas", critica el documento.

Un punto de especial interés para las Américas es el de la eliminación de subsidios a la exportación, sobre todo en materia agrícola. La ASC considera que a pesar de las demandas de sociedad civil, el nuevo texto del ALCA no identifica cuales países hicieron o apoyan y cuales discrepan con las distintas propuestas.

La Alianza Social Continental afirma que la dimensión laboral y ambiental tiene que ser algo transversal a cualquier acuerdo económico-financiero y que su verdadera inclusión implicaría reorientar sustancialmente el núcleo mismo de dichos acuerdos. Tampoco hay canales reales de consulta con la sociedad civil.

En conclusión el documento constata que "no existe un consenso en torno a este modelo de libre comercio, ni siquiera lo hay entre nuestros gobiernos y mucho menos entre las sociedades civiles de nuestras naciones". (ALAI-AMLATINA, 22/11/02).

UE adia discussão sobre subsídios e culpa Brasil - A União Européia vai apresentar uma proposta insatisfatória para os países exportadores de produtos agrícolas sobre a redução de subsídios durante a próxima reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC), em março. "Se chamam de agressividade a completa liberalização do comércio agrícola, não vamos ser agressivos", disse o alemão Karl Falkenberg, um dos principais negociadores europeus.

Se a notícia é ruim para os países exportadores, é ainda pior para o Brasil. A UE tem difundido a tese de que barreiras e subsídios à agricultura não devem ser discutidos imediatamente na OMC por causa do Brasil, que fez reclamação ao órgão de solução de controvérsias contra os subsídios europeus à exportação de açúcar. A UE distribuiu um aviso nos bastidores da OMC com um recado direto: se em pouco mais de um ano haverá decisão em Genebra sobre a estrutura dos subsídios à exportação, por que negociá-los seriamente agora?

O secretário de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pedro de Camargo Neto, diz que o argumento europeu não faz sentido. "O que está sendo julgado é o cumprimento do acordo existente, assinado na Rodada Uruguai. O que será negociado é o acordo futuro". Camargo Neto esteve em Genebra para discutir a questão dos subsídios ao açúcar. Na reunião onde o Brasil pediu explicações sobre a ajuda à exportação, os europeus foram evasivos e contra-atacaram com críticas a subsídios à produção de álcool no país.

Além da ação brasileira, incomoda Bruxelas a nova política agrícola americana, que será usada como munição para defender seus subsídios ao campo. A UE condiciona a redução dos incentivos à discussão de todas as formas de subsídios dados pelos países ricos. (Valor Econômico, 25-11-02).



Acordos comerciais reativam produção automotiva - Este ano, acordos bilaterais tornaram o México o principal receptor das exportações de automóveis de Brasil e Argentina, enquanto se espera que a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) abra novas vias de acesso ao mercado americano.

Mas a integração também aumentou a pressão para que os governos acelerem a implementação de regras comerciais que permitam aos fabricantes recuperarem seus investimentos na região, bem como abastecerem seus principais mercados nos Estados Unidos, no Japão e na Europa. No caso do Mercosul, os países apontam a integração da produção como o caminho para enfrentar o que o ex-ministro da Economia argentino Domingo Cavallo definiu como o outro ângulo do desafio da indústria automotiva: produzir regionalmente para mercados mundiais. Este ano o setor enfrentou crises nos mercados financeiros e a desvalorização do peso e do real, mas mesmo assim conseguiu manter-se e até obter resultados positivos em vários países.

México: Investimentos da TLC ameaçados - As montadoras do México advertem que a abertura total do mercado em 2004 com as atuais e excessivas cargas fiscais, sem mecanismos aduaneiros adequados e sem uma fiscalização eficiente em relação a normas técnicas e ambientais, colocará em risco novos investimentos no país e, conseqüentemente, o crescimento futuro da indústria.

Fabricantes como a Ford Motor do México consideram que a abertura resultante do Tratado de Livre Comércio (TLC) com Estados Unidos e Canadá trará uma maior concorrência de marcas e modelos ao mercado nacional e entre distribuidores mexicanos e americanos. No entanto, a empresa reconhece que algumas marcas perderão participação se não forem criadas regulamentações adequadas nem forem eliminados os impostos que dificultam o crescimento do mercado interno.

O mercado automotivo mexicano destaca-se na América Latina por acumular um crescimento sustentado nos últimos cinco anos. No ano passado saíram das distribuidoras 919 mil unidades, o maior nível já registrado. O setor é exportador: 74,1% vão para o mercado externo, e apenas 25,9% ficam no México. Os

EUA recebem 95,5% das exportações (480.712 unidades), o Canadá, 3% e outros países, 1,5%. A GM responde por 48,3% das exportações e a DaimlerChrysler, por 39,7%. (Fonte: *El Universal*)

Brasil: Recuperação no fim de 2002 -Depois da produção recorde de 2,097 milhões de veículos em 1997 e superadas as dificuldades dos últimos quatro anos, quando a produção despencou para 1,356 milhão em 1999, os fabricantes esperavam pelo menos repetir o 1,8 milhão de 2001. Os mais otimistas acreditavam que 2002 poderia voltar ao patamar dos dois milhões de unidades. Mas o ano começou mal. A crise na Argentina e em outros países da região, a desvalorização do real frente ao dólar e a turbulência do período eleitoral terminaram comprometendo o setor.

Porém os números permitem que a Anfavea mantenha sua projeção positiva. "Nossa expectativa é retomar o crescimento do mercado interno e das exportações, o que vai acelerar a produção em 2003" - disse o presidente da entidade, Ricardo Carvalho.

Com o incremento de acordos comerciais e o lançamento de veículos em nível mundial, como Chevrolet Corsa, Ford Fiesta, Volkswagen Golf, Audi A3 e o Fiat Stilo, entre outros, as montadoras conquistaram novos mercados. O carro brasileiro pode ser encontrado em países da América Latina e do Norte, Europa, África, Ásia e Oriente Médio. (Fonte: *Zero Hora*)

Equador: Novo recorde de vendas -Pela segunda vez consecutiva, 2002 será um excelente ano para as empresas automotivas no Equador. Depois da crise dos anos 1999 e 2000, o governo decidiu dolarizar a economia, o que trouxe estabilidade ao mercado financeiro e empresarial. Essa decisão acabou aumentando as vendas de veículos porque os consumidores, temerosos das mudanças no sistema financeiro, preferiram investir suas economias na compra de bens móveis ou imóveis. Essa onda de consumo foi reforçada pelo fluxo de remessas do exterior, que superou US\$ 1,3 bilhão.

A estabilidade cambial também permitiu reabrir os financiamentos a médio prazo, que estavam suspensos por causa da crise. As vendas de veículos, que ficavam na média de 20 mil unidades anuais, chegaram a 53 mil durante 2001. Para este ano, a previsão é que superem 60 mil, segundo o presidente da Associação Equatoriana do Setor Automotivo, Agustín Acosta. (Fonte: *El Comercio-Quito*)

Colômbia: Setor automotivo se reanima -O otimismo voltou ao setor em outubro, com a venda de 8.500 unidades no mês. Trata-se do maior índice do ano e permitiu que os empresários do setor voltassem a respirar tranquilos. Nos primeiros dez meses deste ano, as vendas de veículos no país superaram os números de 2001: 65.085 unidades. De janeiro a outubro de 2002, foram vendidas 74.733 unidades, um aumento de 42,3% frente ao mesmo período do ano passado, com 52.492 unidades.

Uma das razões, segundo analistas do setor, é que nos últimos quatro anos as vendas foram muito fracas e os consumidores estão começando a fazer a reposição de seus veículos. Outro fator seriam as baixas taxas de juros oferecidas pelos bancos. (Fonte: *El Tiempo-Portafolio*)

Venezuela: Vencer a apatia do consumidor - Após um produtivo 2001, quando foram vendidos 216.977 veículos em todo o país, os especialistas calculam que 2002 fechará com a negociação de 130 mil unidades, uma queda de 40%. A americana General Motors lidera o mercado com uma participação de 29,5%. Desse total, 64,12% correspondem a veículos montados na Venezuela; 13,9% são importados da área Andina; e 22,9%, de outros países. O único índice que registrou alta no ano foi o das exportações, que subiram de 4.808 para 5.117 unidades.

Ante a preocupação das montadoras com a crise econômica, o governo ditou uma série de medidas de proteção para baixar as tarifas sobre peças importadas.

Para o diretor de vendas da Renault na Venezuela, Gilberto Beltrán, esta não é a solução: " As montadoras se queixam e fazem comparações com o passado. Mas o mercado natural deste país está entre 140 mil e 150 mil unidades". O diretor de Operações Técnicas da Ford, Héctor Rodríguez, disse que espera que o mercado automobilístico cresça 10% em 2003. (Fonte: *El Nacional*) (*O Globo*, 27/11/02)

Para ler mais notícias sindicais consulte a pagina www.sindicatomercosul.com.br
Para se comunicar conosco escreva a msilvia@uol.com.br